



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

TERMO DE REFERÊNCIA

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços para aquisição de extintores prediais e automotivos, recargas e aquisição de placas de sinalização de segurança para atender as demandas das unidades da Prefeitura Municipal de São Borja.

Item	Descrição (Aquisição de Extintores)	Preço Médio	Quantidade e Mínima	Quantidade Máxima
1	RECARGA extintor portátil de Água Pressurizada (AP) com capacidade para 10 litros, classe A. - AP-10L	R\$ 41,62	100	600 R\$ 24.972,00
2	RECARGA extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 04 kg, classe BC. - PP-04kg	R\$ 38,09	75	600 R\$ 22.854,00
3	RECARGA extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 06 kg, classe BC. - PP-06kg	R\$ 51,31	50	600 R\$ 30.786,00
4	RECARGA extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 04 kg, classe ABC. ABC-04Kg	R\$ 50,72	50	600 R\$ 30.432,00
5	RECARGA extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 06 kg, classe ABC. ABC-06Kg	R\$ 51,06	50	600 R\$ 30.636,00
6	AQUISIÇÃO extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 04 kg, classe ABC. ABC-04Kg	R\$ 154,23	250	600 R\$ 92.538,00
7	AQUISIÇÃO extintor portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 06 kg, classe ABC. ABC-06Kg	R\$ 168,71	50	600 R\$ 101.226,00



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	Descrição (Aquisição de Placas de Sinalização de Segurança e Iluminação de Emergência)						
	Código	Descrição	Formato	Cor			
8	P1	Proibido Fumar	Circular	Fundo Branco, Desenho Preto e Vermelho	R\$ 19,34	300	500 R\$ 9.670,00
9	P2	Proibido Conduzir Chamas	Circular	Fundo Branco, Desenho Preto e Vermelho	R\$ 22,31	300	500 R\$ 11.155,00
10	A2	Cuidado, Risco de Incêndio	Triangular	Fundo Amarelo, Desenho Preto	R\$ 23,04	300	500 R\$ 11.520,00
11	A5	Cuidado, Risco de Choque Elétrico	Triangular	Fundo Amarelo, Desenho Preto	R\$ 19,37	300	500 R\$ 9.685,00
12	S1 a 7*	Saída de emergência (sentido de Rota de Fuga)	Retangular	Fundo Verde, desenho Fotoluminescente	R\$ 17,16	300	500 R\$ 8.580,00
13	S12	Saída de Emergência	Retangular	Fundo Verde, desenho Fotoluminescente	R\$ 16,65	300	500 R\$ 8.325,00
14	E5	Extintor de Incêndio	Retangular ou Quadrado	Fundo Verde, desenho Fotoluminescente	R\$ 20,16	300	500 R\$ 10.080,00

15	Ponto de Luz de Emergência com indicação de "Saída", autonomia de 06 horas, tipo parede	R\$ 86,31	150	300 R\$ 25.893,00
16	Ponto de Luz de Emergência 3x30 Leds, autonomia de 06 horas, tipo parede	R\$ 13,98	150	300 R\$ 4.194,00

17	AQUISIÇÃO EXTINTOR AUTOMOTIVO modelo universal, portátil de pó químico seco (PQS), pressurização direta, com capacidade para 01 kg, classe ABC. (1-A:5-B: C) ABC-01Kg	R\$ 76,48	50	250 R\$ 19.120,00
----	--	-----------	----	----------------------

	TOTAL DE TODOS OS ITENS (Valores Mínimos e Máximos)	R\$ 451.666,00		
--	--	-----------------------	--	--



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

1.2 O valor estimado total é de **R\$ 451.666,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais).**

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- (X) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os extintores de incêndio são essenciais em prédios públicos, incluindo escolas, ESF's, Centros de Referências, por várias razões como:

Segurança: Eles ajudam a proteger a vida de alunos, professores, motoristas, profissionais de saúde e funcionários, permitindo que um incêndio seja controlado antes que se espalhe;

Prevenção de Danos: Um incêndio pode causar danos significativos a bens e estruturas. Extintores podem mitigar esses danos, preservando o patrimônio público.

Cumprimento de Normas: Muitas legislações e normas de segurança exigem a presença de extintores em edificações, especialmente em locais com grande concentração de pessoas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Educação e Conscientização: A presença de extintores também serve como um lembrete para a importância da segurança contra incêndios, incentivando a educação sobre prevenção e procedimentos de emergência.

Acesso Rápido: Extintores são projetados para serem usados rapidamente em caso de emergência, permitindo uma resposta imediata que pode fazer a diferença entre um incêndio controlável e uma catástrofe.

Redução de Riscos: Com extintores adequadamente instalados e mantidos, os riscos de grandes incêndios são significativamente reduzidos, promovendo um ambiente mais seguro para todos.

Portanto, a implementação e manutenção adequada de extintores em escolas e prédios públicos são fundamentais para garantir a segurança e bem-estar da comunidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores, proporcionando maior competitividade no fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

6.2 A empresa deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados aos itens fornecidos.

6.3 A empresa deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6.4 A empresa deverá proporcionar a entrega dos materiais para atender as secretarias conforme condições e quantidades constantes em ordem de compra emitida por cada secretaria requisitante.

6.5 A empresa deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.

6.7 As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações.

6.8 Todos os itens bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

6.9 Descarte sustentável;

6.10 Conformidade com a Legislação Municipal, Estadual e Federal no que se refere à segurança do trabalho;

6.11 Obtenção de todas as licenças e autorizações necessárias para a instalação dos extintores;

6.12 Atendimento às normas de segurança, higiene e saúde no trabalho;

6.13 Práticas que minimizem o impacto ambiental;

6.14 Utilização de recursos materiais recicláveis ou biodegradáveis sempre que possível;

6.15 Gestão de resíduos eficaz, incluindo coleta seletiva, descarte e reciclagem quando possível;

<p>CAPÍTULO III</p> <p>DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</p>
--

<p>7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</p>

7.1. Fornecedor direto de extintores prediais e automotivos, recargas e aquisição de placas de sinalização de segurança para atender as demandas das unidades da Prefeitura Municipal de São Borja.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

a) Prazo de entrega até 15 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

a) Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. e-mail dmpd@saoborja.rs.gov.br.

b) As **entregas** de recargas deverão ser **realizadas no perímetro urbano do município de São Borja-RS e nas seguintes localidades:**

EMEF Bom Sucesso - São Marcos, 37 km da sede;

EMEF Ivaí – Rincão do Ivaí, 12 km da sede;

EMEF Liberato Salzano Vieira da Cunha – Vila Brites, 80 km da sede;

EMEF Lioncio Silvio Pereira Aquino – São Miguel, 43 km da sede;

EMEF Olinto Dornelles – Rincão de Santana, 34 km da sede;

EMEF Ordália Machado – Rincão do Meio, 60 km da sede;

EMEF Osvaldina Batista da Silva – Samburá, 80 km da sede.

EMEF São Judas Tadeu – Sarandi, 32 km da sede.

ESF 14 – Nhu-Porã, 33 km da sede.

c) As entregas deverão ser realizadas entre 8 e 12 horas na parte da manhã e 14 e 17 horas na parte da tarde.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

a) A empresa deve oferecer garantia caso os objetos apresentem defeitos na carga (sem pressão ou pressão acima da tolerável), ou contra qualquer defeito de fabricação pelo período de 12 meses.

**CAPÍTULO IV
DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o Pedro Henrique Ritter Falcão, Técnico em Segurança do Trabalho, e seu substituto será a servidora Maiara de Fátima Lazarin Sampaio, Agente Administrativo.

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I a natureza e a gravidade da infração cometida;

II as peculiaridades do caso concreto;

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1 O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

16.2 Os valores contratuais poderão sofrer reequilíbrio devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

16.3 A solicitação do reequilíbrio deverá vir do interessado, Contratante ou Contratada, comprovando a variação expressiva dos preços praticados no mercado durante o período e demonstrando, através de notas fiscais, planilha de custos, pesquisa no mercado local a porcentagem do impacto dessa variação.

CAPÍTULO VI

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;

17.2 Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor preço;

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

18.2 AMOSTRA

(x) Não () Sim



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(x) Não () Sim

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro da Declaração da Conformidade do Fornecedor, expedido pelo INMETRO;

b) Comprovante de cadastro junto ao Corpo de Bombeiros do Estado;

c) Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de recargas com manutenção de 3º nível em extintores de incêndio.

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(X) Sim () Não

Para realizar a recarga de extintores, a empresa deve apresentar um certificado de capacitação técnica emitido pelo INMETRO.

19.2 VISTORIA

(X) Não () Sim () Opcional () Obrigatória.

19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Norma Regulamentadora NR-23 “Proteção Contra Incêndios” que determina a utilização de extintores obedecendo às normas do INMETRO.

A Norma da ABNT NBR 12962/94, determina que os extintores de incêndios devem sofrer recargas a cada 12 meses.

A Norma ABNT NBR 12779/04 determina ainda que todas as mangueiras de incêndio sejam inspecionadas a cada 6 meses e submetidas a ensaio hidrostático a cada 12 meses.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

A Norma NBR 13434 tem como objetivo padronizar as formas, as dimensões e as cores da sinalização de segurança contra incêndio.

19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

Aos itens 6 e 7 será reservada cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

Os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

20.1 O valor estimado total é de **R\$ R\$ 451.666,00 (quatrocentos e cinquenta e um mil, seiscientos e sessenta e seis reais).**

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não se aplica.

São Borja/RS, 25/11/2024.

Anderson Silva Knapp
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Caroline Cogo de Souza
Secretaria da SMPOP

() Defiro

() Indefiro



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Prefeito de São Borja/RS